

ANUÁRIO DA PROTEÇÃO DE DADOS 2022

COORDENAÇÃO
FRANCISCO PEREIRA COUTINHO
GRAÇA CANTO MONIZ

CEDIS —
CENTRO DE I&D SOBRE
DIREITO E SOCIEDADE

ANUÁRIO
DA PROTEÇÃO
DE DADOS
2022

ANUÁRIO DA PROTEÇÃO DE DADOS

2022

COORDENAÇÃO

FRANCISCO PEREIRA COUTINHO
GRAÇA CANTO MONIZ



CEDIS —————

CENTRO DE I&D SOBRE
DIREITO E SOCIEDADE

The European Commission's support for the production of this publication does not constitute an endorsement of the contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of the information contained therein.

ANUÁRIO DA PROTEÇÃO DE DADOS 2022
ANO 5 - 2022

COORDENAÇÃO

Francisco Pereira Coutinho
Graça Canto Moniz

SECRETÁRIO EXECUTIVO E EDITOR

Martim Farinha

EDIÇÃO

Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Direito.
CEDIS, Centro de I & D sobre Direito e Sociedade
Campus de Campolide, 1099-032 Lisboa, Portugal

SUPORTE: IMPRESSO

Impressão: 150 exemplares

Setembro, 2022

ISSN 2184-5468

CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

PEREIRA COUTINHO, Francisco e CANTO MONIZ, Graça
(coord.). Anuário da Proteção de Dados 2020. Lisboa: CEDIS, 2022

Nota Introdutória

O Anuário da Proteção de Dados é uma revista jurídica de livre acesso, disponível em linha no sítio <<https://protecaodedadosue.cedis.fd.unl.pt>>, que pretende divulgar estudos sobre o direito da proteção de dados pessoais. A revista é editada desde 2018 pelo Observatório da Proteção de Dados Pessoais, um grupo de investigação criado em 2016 no CEDIS – Centro de I & D sobre Direito e Sociedade da *Nova School of Law*.

Os sete artigos publicados na edição de 2022 do Anuário resultam de uma chamada lançada em outubro de 2021 no sítio da internet do Observatório da Proteção de Dados Pessoais. Os textos foram depois sujeitos a um processo de *blind peer review* e posteriormente revistos pelos coordenadores do Anuário. Aos autores foi permitido escreverem de acordo com a nova ou a antiga grafia.

O Anuário inicia-se com um texto da autoria do João Carrilho sobre o princípio da administração aberta e proteção de dados pessoais, seguindo-se um artigo do Christiano Aguiar que trata o tema dos conflitos entre a proteção de dados pessoais e os deveres de branqueamento de capitais no âmbito do tratamento de dados pelas instituições financeiras. Os algoritmos são novamente abordados no Anuário, pelo Frederico Sequeira, num texto sobre contratação e despedimento de trabalhadores. De seguida, o Joel Alves debruça-se sobre administração eletrónica, eficiência e proteção de dados pessoais. O Diogo Fonseca, a Inês Aires, a Isabel Chowdhury e a Margarida Pereira apresentam uma abordagem prática sobre o regime das transferências de dados pessoais e, por fim, o Sérgio Correia escreve sobre o direito de oposição e a Joana Figueiredo aborda o tema da anonimização no contexto das cidades inteligentes.

Esta obra não teria sido possível sem o patrocínio da SRS Advogados e da FUTURA, a quem agradecemos, nas pessoas do Luís Neto Galvão (SRS Advogados) e do Rodrigo Adão da Fonseca (FUTURA), o apoio que têm prestado desde a primeira hora a este projeto. Igualmente devidos são agradecimentos

aos revisores deste número, à Cíntia Pereira de Lima, ao Domingos Farinho, ao Eduardo Magrani, à Helena Tapp Barroso, à Inês Oliveira, ao José Pedro Paiva, ao Luís Neto Galvão, ao Mateus Carvalho, ao Martim Farinha, ao Rui Lanceiro e ao Tiago Melo Cartaxo. Por fim, agradecemos ao Martim Farinha o auxílio prestado na edição do Anuário, bem como a todos os autores que participam nesta edição.

Lisboa, 18 de agosto de 2022

FRANCISCO PEREIRA COUTINHO

GRAÇA CANTO MONIZ

Coordenadores do Observatório da Proteção de Dados